

## Resenhas

**MACAGNO, Lorenzo. O dilema multicultural. Curitiba: Ed. UFPR; Rio de Janeiro: Graphia, 2014. 304p.**

*Marcus Vinícius Barreto*  
(UNIFESP)

Desde o nascimento da disciplina antropológica, cultura foi a categoria utilizada para a modernidade se auto-representar e classificar o “outro”. No entanto, muitos cientistas sociais vêm questionando o conceito de cultura enquanto categoria analítica devido à crise epistemológica do próprio conceito. Ao mesmo tempo, percebem um paradoxo na media em que a categoria ainda é utilizada para definir formas de alteridade. Isso se deve aos movimentos de caráter étnico, regional e religioso que emergiram em diferentes pontos do planeta nos anos 1960 e 1970, fomentando um objeto empírico denominado por Michel Agier de “grandes empreendimentos identitários”.

Neste bojo, fenômenos políticos e culturais como o multiculturalismo passaram a utilizar com outros sentidos a ideia essencializada de cultura que começava a ser abandonada pela antropologia. Consequentemente, atores sociais entraram em cena reivindicando, no espaço público, o reconhecimento de “suas” diferenças por meio de categorias que substantivaram o conceito de cultura, a exemplo de religião, identidade e etnicidade.

Este contexto é analisado por Lorenzo Macagno no conjunto de ensaios *O dilema multicultural*. A ampla pesquisa realizada pelo antropólogo em diferentes países possibilita compreender alguns diálogos, negociações e controvérsias estabelecidos entre Estado, intelectuais e nativos em torno da “diversidade cultural”. As “peripécias das imaginações étnicas e nacionais”, expressão utilizada por Macagno, mostram como os atores estabelecem um jogo para legitimar discursos formulados a partir das circularidades entre conceito e uso político.

O autor expõe alguns pontos controversos que fazem jus ao termo “dilema”, os quais imputam árdua tarefa para quem investiga o multiculturalismo. Ao citar intelectuais que refletiram sobre a convivência em um “Lar Público”, a exemplo de Daniel Bell e Alain Touraine, Macagno aborda uma questão central que perpassa os capítulos do livro: como atender e conciliar reivindicações particularistas frente ao

discurso do bem público e comum? Para fundamentar possíveis planos interpretativos acerca do dilema multicultural, Macagno pesquisou o tema em alguns movimentos que surgiram em países como Canadá, Estados Unidos, Moçambique, Portugal e Brasil.

Na visão de Macagno, a “genealogia do racismo” é o paradigma capaz de trazer luz à compreensão do multiculturalismo, uma vez que noções como raça e cultura são construídas no bojo de mitologias nacionais e narrativas de origem ou em um processo de retroalimentação entre mito e história. O argumento da raça, no que tange as narrativas de origem, engendrou as chamadas convicções etnocêntricas.

Isto quer dizer que cada grupo, ao formular e reproduzir uma narrativa mitológica, automaticamente se coloca no centro da “criação divina”. Em outras palavras, ocorre um processo de autoafirmação universal na medida em que um mecanismo simbólico primário ressalta as qualidades do próprio grupo em detrimento de grupos vizinhos, tal como foi argumentado por Lévi-Strauss no ensaio *Raça e História*.

Entre consensos e dissensos sobre a questão do racismo, Macagno faz referência a Michel Foucault que identifica nessa categoria um tipo de discurso histórico-político inédito na história do ocidente. Ao estudar a sociedade francesa desde a aristocracia nobiliária dos séculos XVII e XVIII, o filósofo propõe formas de poder, a exemplo do “poder disciplinar”, cujos procedimentos convergem para o controle dos corpos individuais, e a “biopolítica” que, se dirigindo ao “homem-espécie”, regula os processos próprios da vida como nascimento, morte, produção e enfermidade.

A partir do século XIX, a ideia de racismo como mecanismo de Estado surge desta formação biopolítica que lida com a população enquanto problema biológico e problema de poder. Portanto, ainda com base nos argumentos de Foucault, a noção de “biopoder” é a mitologia fundante para o discurso do racismo na modernidade.

Ao lado desta forma genealógica, Macagno recorre a outros estudiosos que investigam o tema, a fim de compreender diferentes mitologias que constroem a relação racismo/modernidade. Nesse sentido, o autor retoma a questão entre negros e brancos no sul dos Estados Unidos, a ideologia racista dos *Africâners* para justificar o *apartheid* na África do Sul e a análise de Roberto da Matta sobre o mito das “três raças” considerada por Macagno “uma das narrativas mais poderosas da mitologia nacional brasileira”.

O conjunto de invenções intelectuais que erigiu estas mitologias acabou influenciando os discursos identitários étnicos-nacionais modernos em que características socioculturais estariam associadas ao “sangue”; portanto, observa-se que algumas reivindicações dos cidadãos quanto ao usufruto de seus direitos apoiam-se nos discursos construídos a partir de “genealogias arbitrárias historicamente inventadas”.

Conceitos como nação, nacionalidade, soberania e cidadania também perpassam o dilema multicultural no momento em que Macagno reflete sobre as ilusões que sustentam essas categorias, analisando processos migratórios e tensões estabelecidas entre a “estabilidade” da nação por um lado e a “instabilidade” da imigração por outro.

Com base no pensamento do historiador francês Ernest Renan que, ao final do século XIX, realizou uma conferência intitulada *O que é uma nação?*, alguns argumentos antitéticos são importantes para pensar na construção do conceito de nação. Ao argumento de pureza cultural é preciso contrapor a ideia de comunidade culturalmente

diversa; ao invés de uma exata correspondência entre língua, território e cidadania, deve-se considerar o caráter irremediavelmente híbrido das comunidades nacionais.

Quando os Estados nacionais europeus codificaram a nacionalidade e impuseram limites jurídicos para a aquisição da cidadania, a movimentação dos indivíduos entre os territórios ficou restrita e dois princípios foram estabelecidos a partir dessa codificação: a ligação sanguínea ou o princípio *jus sanguini* (característico da experiência alemã) e a condição do lugar de nascimento ou *jus solis* (de tradição francesa).

As nacionalidades foram definidas pelo conjunto de traços supostamente homogêneos que criaram um “povo”. Junto com um território e um governo, cada povo constituiu um Estado moderno específico. Por trás da ideia de povo, considerado por vários estudiosos o elemento mais problemático na invenção de uma nacionalidade, mitos nacionais são construídos e ao indivíduo, na condição de *Homo Nacionalis*, é atribuída uma etnia da qual língua e raça são os elementos que reforçariam a unidade imaginada.

Por circunstâncias diversas, os movimentos migratórios são uma realidade que coloca em cheque a ideia de nação. Diferentes maneiras dos imigrantes serem incorporados pelas “sociedades receptoras” foram traduzidas em termos de “políticas de diversidade” como multiculturalismo, assimilação, integração e fusão. A migração provoca confrontos e o imigrante interfere na ilusão etnogenealógica de uma suposta nação.

O multiculturalismo e todo o seu dilema explicita as tensões políticas quando o Estado procura respostas para os confrontos mencionados principalmente nos chamados países desenvolvidos. Uma das partes mais intrigantes do livro diz respeito ao paralelo entre antropologia e patriotismo. Alguns antropólogos, imersos em contextos sociopolíticos como a guerra, dentre outros, estabeleceram relações com seus respectivos países ou com a ideia de nação que colocaram à prova uma postura relativista.

Outra questão discutida por Macagno diz respeito à relação entre pós-modernismo e multiculturalismo. Na visão do autor, o debate modernidade/pós-modernidade se diluiu em duas categorias fundantes para o dilema multicultural, concebidas como substantivos plurais: cultura e identidade. Alguns campos de “ação político-acadêmica” foram estruturados a partir desses substantivos que, apropriados tanto por intelectuais quanto por nativos, erigiram os usos políticos do conceito de cultura: o multiculturalismo e as chamadas políticas de reconhecimento, o pós-colonialismo produzido pelos intelectuais da diáspora e os estudos culturais.

A guinada cultural que afetou as ciências sociais na década de 1980 é o resultado das discussões em torno destes campos que, por sua vez, estão na base da ideologia pós-moderna cujas problemáticas advêm da filosofia e da linguística, mesmo quando o tema é discutido pelos cientistas sociais. Em outras palavras, o pós-modernismo nas ciências sociais é pensado sob a ótica dos chamados pós-estruturalistas franceses como Derrida, Deleuze, Guatarri, Baudrillard e Lyotard.

Após refletir sobre as diferenças entre modernidade, enquanto projeto de progresso e noção unitária do indivíduo por um lado, e modernismo, enquanto movimento artístico por outro, Macagno afirma que o pós-modernismo produz uma visão fragmentada e particularista do conhecimento e da sociedade. Além disso, o antropólogo questiona se o multiculturalismo, enquanto “versão prática” do pós-modernismo, também produziria essa fragmentação.

Para Macagno, a visão pós-moderna acaba se construindo por um “anarquismo metodológico” ou uma espécie de “vale-tudo cognitivo”, perpetuando dessa maneira o conservadorismo político e científico disfarçado em revolta contra a autoridade. A partir do momento que cada grupo pode construir suas próprias micronarrativas, conforme o pensamento pós-moderno, existe um risco de extrema particularização a tal ponto que um conhecimento universalmente compartilhado não mais seria possível.

Em outras palavras, “guetos cognitivos reivindicando sua própria legitimidade”: expressão que traduz o cerne do multiculturalismo. Macagno dialoga com o pensamento de Gertrude Himmelfarb que define o pós-modernismo como “suicídio intelectual e moral”. Se tudo deve ser desconstruído e “descanonizado” ou se o historiador é considerado somente um escritor de ficções e a única história plausível seria aquela que cada grupo escreveria sobre si, o conhecimento, para Himmelfarb, voltar-se-á contra si mesmo.

Nesta linha de pensamento, Macagno retoma o pensamento de Daniel Bell para quem definir as necessidades de cada grupo e encontrar meios comuns para satisfazê-las torna-se a grande questão frente ao dilema cada vez mais explícito. Na visão de Bell, a construção de um espaço denominado por ele de “Lar público” seria um caminho possível para satisfazer necessidades comuns de homens que, na chamada sociedade pós-industrial, estão imersos na realidade do “mundo social”.

Terence Turner afirma que o multiculturalismo é uma reação pós-moderna à deslegitimação do Estado e ao enfraquecimento do domínio cultural de países capitalistas avançados. Os discursos de raça, etnia, religião e gênero estão no cerne das reivindicações dos grupos que, estimulados pelas ideias de diversidade e particularismo cultural, produzem “micronarrativas”; portanto, fragmentações de um pós-modernismo irrigado por uma linguagem multicultural.

Todavia, estas micronarrativas criam uma tensão na medida em que os grupos, ao dialogarem com o Estado, exigem políticas de reconhecimento e acionam a esfera jurídica para negociar a diversidade no espaço público. O dilema nasce do constante vai e vem da interrogação: como atender e conciliar reivindicações particularistas frente ao discurso do bem público e comum?

Em termos metodológicos, Macagno circunscreve um campo empírico a fim de pesquisar o multiculturalismo em contextos específicos, começando pelo Canadá: país onde as políticas multiculturais teriam se desenrolado de maneira paradigmática. A partir dos conflitos entre a Quebec francófona e demais regiões anglófonas, o multiculturalismo começa a ser esboçado no país por volta de 1965 quando a Comissão de Bilinguismo e Biculturalismo elabora um informe sugerindo a substituição de uma política bicultural por uma política da diversidade étnica para a sociedade canadense, incluindo anglófonos, francófonos e indígenas. O biculturalismo, portanto, vai sucumbindo e o multiculturalismo se incorpora à constituição em 1982.

Na Austrália, depois dos fluxos migratórios, entre 1950 e 1960, cujos migrantes (europeus em sua maioria) se instalaram no país dentro de um processo assimilacionista, o multiculturalismo é abraçado a partir dos anos 1970 quando da chegada de imigrantes do sudeste asiático e da Índia. Medidas oficiais de cunho multicultural foram adotadas em 1978 e, nesse sentido, o processo foi menos formal se comparado ao contexto canadense.

No caso da Suécia, a política multiculturalista é adotada em 1975 com base na equiparação do nível de vida dos “grupos minoritários” com o restante da população, na liberdade de escolha de uma “identidade” por parte dos imigrantes e no incentivo ao trabalho em conjunto das diversas minorias. Nesse contexto, o multiculturalismo compõe a própria construção de um Estado de bem-estar calcado na promoção do “pluralismo cultural”.

Em relação aos Estados Unidos, o multiculturalismo foi construído em duas vertentes. A primeira diz respeito às “ações afirmativas” ou à adoção de meios “racialmente” orientados para enfrentar desigualdades sociais oriundas da discriminação racial. A segunda refere-se às políticas de “reconhecimento cultural” cujas reivindicações foram direcionadas ao campo da educação por meio das quais grupos minoritários passaram a exigir um tratamento menos etnocêntrico nos conteúdos curriculares, a fim de que o passado afro-americano e indígena fosse valorizado; em outras palavras, as reivindicações dos chamados estudos culturais.

Macagno observa que em todos estes casos, ao mesmo tempo em que o multiculturalismo proporcionou uma cidadania poliétnica ele não conseguiu se livrar das classificações ontológicas na media em que tipos essencialistas e substancialistas são construídos e reafirmados no que diz respeito às invenções identitárias e culturais como um todo.

Noções como cultura, identidade, etnicidade, cidadania, imigração, segregação, racismo e etnocentrismo alimentam o dilema multicultural principalmente nos centros urbanos. Apesar de um enfraquecimento do domínio cultural dos países capitalistas avançados, as respectivas capitais constituem os *loci* onde há material fértil para analisar a relação entre multiculturalismo e cidade.

Consequentemente, os antropólogos encontraram um “outro cultural” que se apropriou das categorias, até então restritas à disciplina antropológica, e cuja atuação no espaço público vem construindo e reforçando os movimentos sociais nas grandes cidades. Nesses contextos urbanos, as controvérsias ficam mais nítidas. Por um lado, há um cenário de “mestiçagem cultural” onde todos desejam conviver pacificamente em meio à diversidade. Por outro, o desejo de restaurar supostas “purezas” culturais por meio de disputas classificatórias ora através de exclusão e xenofobia, por vezes afirmando e valorizando identidades historicamente segregadas. .

Ao investigar as obras de alguns pensadores da filosofia política sobre as “políticas de reconhecimento” e definir o reconhecimento como um falso problema, Macagno faz uma ressalva para o fato do tratamento político da diferença cultural não se restringir ao espaço público no sentido habermasiano. Claro está que as leis de migração, as políticas de nacionalidade e os documentos de identidade constroem a distinção entre “Nós” e os “Outros”. Entretanto, “pequenos e cotidianos rituais de incorporação e separação” ou “microuniversos de significado” também contribuem para a distinção mencionada.

Finalmente, Macagno direciona seu olhar para a própria disciplina antropológica. Diante dos usos políticos da cultura promovidos pelo multiculturalismo, o lugar dos antropólogos ficou ameaçado. Alguns estudiosos como Adam Kuper se debruçaram sobre esse “não-lugar” e outros questionaram se de fato os estudos culturais e o multiculturalismo conseguiram tirar da antropologia o monopólio sobre a construção da alteridade.

Segundo Macagno, a questão é complexa porque a noção de cultura utilizada pelos antropólogos e aquela utilizada pelos militantes e ativistas sociais muitas vezes se misturam, já que recentemente alguns antropólogos se tornaram militantes e alguns militantes tem se apropriado das categorias celebradas pela disciplina antropológica para legitimar seus projetos.

A intelectualidade brasileira, por causa dos vínculos entre o Brasil e o continente africano durante o período da escravidão, colocou a África como um dos elementos centrais para formular a ideia de nação desde a construção do Brasil como República. Nos anos 90, uma “africanidade”, herdeira desse pensamento intelectual, se impôs como linguagem na dimensão política e nesse sentido foram implementadas políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras, com destaque para o ensino do passado africano nas escolas bem como o reconhecimento dos territórios denominados “quilombolas”.

O “retorno” a África não produziu exatamente uma “racialização” da sociedade brasileira como temiam alguns, mas não deixou de perdurar a “fábula das três raças”, oriundo em grande medida do pensamento de Gilberto Freyre, nos discursos dos porta-vozes que inconscientemente o reproduzem. No bojo das políticas de ação afirmativa cujo objetivo é a ascensão social do negro, muitos jovens negros brasileiros sentiram-se moralmente obrigados a assumir sua africanidade. Diante desse e de outros indícios, a hipótese defendida por Macagno é que o multiculturalismo “à brasileira” reforça a lógica da comunidade imaginada, conforme o pensamento de Benedict Anderson, e a narrativa nacional da “democracia racial”.

Se no Brasil a questão do negro é tratada pelo viés “culturalista” ou é assunto do Ministério da Cultura, o imperativo da diversidade cultural seria mais relevante que o imperativo da desigualdade social? Macagno observa que essa dicotomia é reducionista, mas não deixa de ser difusa. Se a democracia pretendida pelos movimentos sociais apela para o argumento racial, o perigo é que a imaginação etnogenealógica (a “fábula das três raças”) permaneça intacta.

Retomando o campo empírico, Macagno reúne algumas observações sobre um pretenso multiculturalismo no continente africano, mais especificamente nos anos 1990 em Moçambique, país onde o antropólogo se deparou com a relação entre passado colonial, cultura e modernidade. Ao analisar a questão da nacionalidade moçambicana após a independência, o debate é movimentado em torno dos rearranjos e disputas identitárias.

Outro ponto importante consiste na tensão entre unidade nacional e reivindicações regionalistas, colocando em conflito dois grupos que disputaram a representação do poder e a legitimidade no campo da teoria social em Moçambique: FRELIMO (favorável à unidade nacional) e RENAMO (favorável aos regionalismos). Entretanto, como observa Macagno, as categorias são sempre relacionais uma vez que não é possível entender as tendências regionalistas sem considerar as tendências homogeneizadoras da unidade nacional.

Macagno conclui o conjunto de ensaios questionando se o multiculturalismo é uma linguagem que reafirma o imperativo da etnia e, portanto, da classificação do “outro” ou se há uma possibilidade de acesso a um espaço correlato ao “Lar Público” de Daniel Bell. O problema parece estar situado na dimensão política e, conseqüentemente, nos usos acadêmico-políticos que são feitos de categorias como raça, etnia e nação. Nesse sentido, os atores sociais e o Estado são os novos especialistas que gerenciam a alteridade. Caberia ao antropólogo aceitar seus limites e exercer vigilância epistemológica.

---

*Marcus Vinícius Barreto é mestrando em Ciências Sociais pela  
Universidade Federal de São Paulo*

Recebido em: 02/09/2015

Aprovado em: 02/02/2016